

O ENSINO DA FUNÇÃO SINTÁTICA *SUJEITO* PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: ESTUDO DE CASO E PROPOSTA METODOLÓGICA

Gabriela Guimarães JERONIMO
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão
gabriela.ggj@gmail.com

Resumo: O trabalho que ora propomos tem como objetivo apresentar os resultados do projeto realizado durante a disciplina Estágio III, ofertada pelo curso de Letras Licenciatura em Português, da Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Grenissa Bonvino Stafuzza, que se trata de um estudo sobre a maneira como tem sido o ensino de Língua Portuguesa nas escolas. Trabalhamos especificamente com a função sintática *sujeito*, de modo que fizemos uma discussão sobre o modo como a referida função vem sendo ensinada nas escolas através das definições trazidas pelos livros didáticos. Esta discussão surgiu pelo fato de que a análise sintática tem sido ensinada por um viés semântico, ao passo que deveriam ser utilizados critérios que abrangem a sintaxe. Para isso, levantamos questões à luz dos estudos de Travaglia (2009); Possenti (1996); Souza (1986); Franchi (2006) e Perini (2007). Dessa forma, acreditamos que podemos contribuir para os estudos feitos sobre o ensino da sintaxe da Língua Portuguesa como também para a escola em que desenvolvemos o referido projeto.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa; Gramática; Sintaxe; Função *sujeito*.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho, que ora se propõe, trata-se de um estudo sobre a maneira como tem sido o ensino de Língua Portuguesa nas escolas. Como desdobramento das discussões, escolhemos a sintaxe e especificamente a função sintática *sujeito* como objeto de nossas análises. Nesse sentido, faremos uma discussão sobre os critérios que vem sendo abordados pelos livros didáticos em se tratando do ensino do *sujeito* que, enquanto função sintática, tem sido realizado através de critérios semânticos, que *grosso modo* são os estudos que abrangem o sentido, fato que tem causado inúmeras contradições na compreensão de tal função pelos alunos, pois o estudo do *sujeito* deve ser feito a partir de procedimentos que contemplem seu aspecto formal, isto é, sintático. Dessa forma, não se privilegia o estudo do *sujeito* por meio de critérios sintáticos.

Dessa forma, levamos para os alunos no momento das aulas, teorias que contemplassem a sintaxe para ensinar a função *sujeito*, de modo que pudemos motivá-los a

pensar na língua e nas relações que podemos estabelecer ao fazermos uso deste instrumento de comunicação tanto na escrita quanto na fala.

Proporcionando uma nova visão sobre gramática, bem como sobre a língua portuguesa e seu estudo.

A ideia de escrever um projeto sobre o ensino da função sintática sujeito surgiu a partir de uma pesquisa feita com alunos da 3ª série do Ensino Médio sobre o ensino da gramática normativa para realização do trabalho de conclusão da disciplina *Sintaxe*, ofertada pelo curso de Letras Licenciatura em Português da Universidade Federal de Goiás - *Campus Catalão* e ministrada pela prof.^a Glaucia Mirian Silva Vaz. E também pelo fato de que o estudo das funções sintáticas faz parte do currículo obrigatório dos alunos de nível fundamental e médio no Brasil. Entretanto, os livros didáticos, segundo Souza (1986), revelam algumas deficiências em relação ao ensino da gramática, causando uma grande ineficácia no aprendizado dos alunos que, em sua maioria, concluem os estudos sem realmente saber gramática normativa e a finalidade de se aprender Língua Portuguesa.

Sendo assim, a proposta de uma análise formal e não unicamente semântica de uma determinada função sintática (sujeito), além de contribuir para o estudo de Língua Portuguesa na escola, constituiria em mais um instrumento que os alunos poderiam utilizar na compreensão das demais funções sintáticas. Por isso, propomos levar para sala de aula os caminhos metodológicos propostos por João Ernandes Souza (1986).

2. MAS E O SUJEITO... QUEM É?

Tentamos alcançar nossos objetivos e responder à questão levantada anteriormente, a luz dos estudos realizados pelos teóricos que serão apresentados adiante, sobre o ensino de gramática e especificamente aqueles que abordam o ensino de sintaxe, em que teremos como foco o ensino da função sintática *sujeito*.

Luiz Carlos Travaglia (2009) em *Como tem sido o ensino de gramática nas escolas de ensino fundamental e médio*, que defende que o ensino de gramática nas escolas tem sido prescritivo, isto é, baseado nas regras de gramática normativa dos livros didáticos utilizados, método que, segundo ele, vem sendo repetido insistentemente ao longo dos anos sem alcançar nenhum resultado positivo. Neste mesmo texto, ele traz também os resultados de uma pesquisa feita por Neves (1990) com 170 professores, em que foram levantadas algumas questões relacionadas ao ensino de gramática, cujos resultados não foram satisfatórios, pois verificou-se que os professores, ainda que tenham a consciência de que o ensino de gramática

deve passar por algumas mudanças, não conseguem mudar de estratégia e permanecem seguindo o mesmo padrão utilizado há muitos anos pelas escolas.

Fizemos uso das discussões sobre o papel da escola em relação ao ensino da gramática feitas por Sírío Possenti (1996), em *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Segundo o autor, há três concepções para o termo gramática, as quais ele define da seguinte maneira: conjunto de regras de que devem ser seguidas; conjunto de regras que são seguidas e conjunto de regras que o falante da língua domina, correspondendo respectivamente a gramática normativa, gramática descritiva e gramática internalizada.

Este mesmo autor diz que o papel da escola em relação ao ensino da gramática é ensinar a língua padrão, ou seja, a gramática normativa. No entanto, o professor deve conhecer os três conceitos de gramática acima mencionados. Ele afirma que para um ensino de língua ser bem sucedido, é necessário que o professor tenha uma concepção clara do que é língua, do que é uma criança e do que é um ser humano e que a utilização de exercícios repetitivos reflete a falta de clareza do professor em relação aos processos de aprendizagem. Insiste, ainda, que, no caso do ensino de língua, não é necessário treinamento, mas condições adequadas para que a aprendizagem aconteça, levando em consideração o fato de que ensinar gramática não é ensinar língua, mas ensinar aos alunos como fazer uso da língua em sua norma culta.

Utilizamos, ainda, os apontamentos de João Ernandes de Souza (1986) sobre o ensino da função sujeito para alunos de 1º e 2º graus, em seu artigo *Conceitos de sujeito*, apresentando quatro objeções sobre o modo como se dá o seu ensino na escola. A primeira objeção refere-se à conceituação do sujeito enquanto ser, definição esta que não cabe à sintaxe, mas sim à semântica, já que os estudos desta estão direcionados ao sentido. A segunda refere-se à inadequação dos critérios utilizados pelos professores e por alguns gramáticos ao definirem sujeito a partir das perspectivas da semântica, sendo que o sujeito pertence à área de conhecimento da sintaxe.

A terceira diz respeito à circularidade do raciocínio empregado na dicotomização do sujeito com o predicado, isto é, na definição do sujeito feita através do predicado e a do predicado através do sujeito. E por último, a quarta objeção faz referência aos recursos utilizados para se descobrir o sujeito de uma oração com a utilização das perguntas “quem é que?” para seres e “o que é que?” para coisas, pois estas questões tornam-se desnecessárias já que, para respondê-las, é preciso fazer mentalmente a separação do sujeito e do predicado, sendo assim, ao fazer isso, a questão terá sido respondida antes mesmo de ser feita pelo aluno.

Após apresentar suas objeções, o autor apresenta também os caminhos metodológicos coerentes para o ensino do sujeito, buscando defini-lo a partir de critérios sintáticos.

Abordamos as discussões de Carlos Franchi (2006), em sua obra *Mas o que é mesmo “Gramática”?*, em que são apresentados os conceitos de três tipos de gramática: a normativa, a descritiva e a interna, correspondendo respectivamente ao conjunto de regras para bem falar e escrever, ou seja, as normas que regem uma determinada língua; ao conjunto de conceitos utilizados para descrever os fatos da língua (metalinguagem); e o saber linguístico que cada falante desenvolve, de acordo com sua própria dotação genética, não dependendo inicialmente de escolarização. O autor também aponta a questão da gramática interna, isto é, aquela que cada ser humano possui. Através disso, poderemos levar os alunos a pensarem no estudo da gramática de forma diferente e desmitificar os conceitos de certo e errado para adequado e inadequado.

Ainda neste livro, Franchi traz uma discussão sobre a relação entre a semântica e a sintaxe, afirmando que existe uma correlação entre a estrutura sintática e a estrutura semântica e que estas correlações devem aparecer na construção de uma teoria gramatical, o que também contribuiria de forma significativa para nossos estudos, pois:

[...] mesmo os pesquisadores que limitam os seus trabalhos aos aspectos sintáticos das línguas naturais e que procuram servir-se exclusivamente de critérios de análise e argumentos sintáticos, não podem deixar de ter no horizonte os aspectos semânticos envolvidos nos fatos gramaticais que descrevem (FRANCHI, 2006, p. 102).

Essas considerações feitas pelo autor nos auxiliaram no momento de nossas análises devido à mencionada correlação existente entre a sintaxe e a semântica. Assim, ao analisarmos sintaticamente a função *sujeito*, por exemplo, não poderemos descartar em alguns casos seus aspectos semânticos.

Com os estudos realizados por Mário A. Perini (2007), em sua obra *Gramática descritiva do português*, especificamente nos capítulos intitulados *Objetivos do estudo de gramática* e *Funções sintáticas*, o autor, no primeiro texto, faz uma discussão em torno do ensino de Gramática tradicional nos ensinos fundamental e médio e nas incoerências que podem ser diagnosticadas neste ensino. No segundo, o referido autor, assim como Souza (1986), também compartilha da ideia de que a função sintática *sujeito* tem sido definida por uma perspectiva apenas semântica, de modo que ao trabalhar-se com análise sintática esta função deve apresentar uma definição sintática que, para ambos, seria a pessoa do verbo e não o sujeito que pratica uma ação ou de quem se declara algo.

Dessa forma, acreditamos que através dos estudos feitos pelos referidos autores sobre o ensino de Língua Portuguesa nas escolas, em que é defendida a ideia de que o ensino de gramática através de memorização de regras não contribui para o aprendizado dos alunos e nem para que os mesmos façam uma reflexão sobre o uso da língua, enriquecemos nossos estudos e tivemos também um embasamento teórico mais consistente para defendermos nosso ponto de vista ao propormos para os alunos o estudo da função *sujeito* através de critérios sintáticos, como também para ajudar no desenvolvimento dos mesmos em leitura e compreensão na produção de textos.

3. COLOCANDO A TEORIA EM PRÁTICA: QUATRO OBJEÇÕES E CINCO PASSOS PARA SE “DESCOBRIR” QUEM É O TAL DO SUJEITO

O projeto foi colocado em prática durante seis aulas de 40 min cada, sendo que, de acordo com o planejamento, na primeira aula foi feita uma introdução, em que falamos sobre o surgimento da linguagem e fizemos uma discussão sobre gramática, como também discutimos a importância de se aprender a Língua Portuguesa e sua norma padrão. Por fim, falamos sobre a origem da Língua Portuguesa falada no Brasil através do estudo do texto *O contexto histórico da formação da Língua Portuguesa falada no Brasil*, de Jeronimo e Duarte (2008). Vale ressaltar que foi entregue aos alunos, o informativo intitulado *Conheça os países em que língua portuguesa é o idioma oficial*, retirado do livro didático *Língua Portuguesa: Projeto Escola e Cidadania para todos*, organizado por Zuleika de Felice Murrie.

Na segunda aula, através de uma dinâmica (entrega de frases organizadas de forma desordenada para que os alunos pudessem colocá-las em ordem) iniciamos a discussão sobre o sujeito enquanto função sintática com a apresentação das 4ª objeções sobre o modo como se dá o seu ensino na escola, abordadas por João Ernandes de Souza (1986) em seu artigo *Conceitos de sujeito*, que discute sobre o ensino da função sujeito para alunos de 1º e 2º graus.

Em seguida, trabalhamos com a 1ª regra ou como prefere Souza (1986), o 1º caminho metodológico coerente para o ensino do sujeito, a *Concordância*.

Na terceira, através da análise de frases trabalhamos com a 2ª e 3ª regras, respectivamente a *Colocação* e a *Pontuação*. Na quarta aula, também através da análise de frases apresentamos aos alunos a 4ª regra correspondendo a *Preposição* e a 5ª e última regra, a do *Sentido*.

Na quinta aula, para colocarmos em prática a teoria desenvolvida nas aulas anteriores, levamos exercícios de análise sintática, em que os alunos teriam que utilizar as cinco regras trabalhadas e através dos resultados avaliamos o nível de aprendizagem alcançada pelos alunos, por meio da nova forma de análise apresentada no decorrer das aulas, verificando assim, a eficácia ou ineficácia dessa teoria.

Na sexta e última aula, devolvemos as atividades aos alunos e propomos uma discussão com os mesmos para sanar possíveis dúvidas e também saber sua opinião sobre a teoria trabalhada e os resultados obtidos.

No que se refere ao aproveitamento por parte dos alunos, notamos que houve uma receptividade positiva pela maioria, devido à participação e interesse apresentados no decorrer das aulas, assim como as dúvidas e perguntas que surgiram durante as explicações e exposição do conteúdo.

Como já dito, na penúltima aula, entregamos uma atividade para avaliarmos a compreensão dos alunos quanto ao conteúdo. Durante a realização dos exercícios, houve algumas dúvidas que foram sanadas individualmente.

Após o término dos exercícios, recolhemos e fizemos a correção observando os erros mais recorrentes, em que constatamos que os alunos apresentaram dificuldades na identificação do sujeito através da *colocação* e *preposição*. Já a menos recorrente foi a da identificação do sujeito através da *pontuação*. Num total de 22 alunos, 6 erraram apenas uma questão, 5 apresentaram dois erros, 4 tiveram três erros, 2 não fizeram e 5 acertaram todas as questões.

Dessa forma, podemos perceber que os acertos foram em número maior do que os erros, já que eram nove questões e a quantidade máxima de erros foram de apenas três questões.

Na discussão com os alunos após a devolução dos exercícios, percebemos que os mesmos se identificaram com novos métodos de análise e ensino da função sintática *sujeito*. Assim, podemos afirmar que tivemos um resultado positivo quanto à qualidade do aprendizado, já que a apreensão do conteúdo foi alcançada pela maioria dos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-nos na experiência durante o estágio, constatamos que o professor precisa ter “jogo de cintura” para saber equilibrar os momentos em que deverá manter uma maior aproximação com os alunos e o momento certo em que exercerá sua autoridade. Em se

tratando de uma sala com alunos que tendem a ser agitados e dispersos, tanto o autoritarismo quanto a liberdade em excesso, trarão resultados negativos para o aprendizado e desempenho dos alunos.

Levando em consideração que se tratava de uma turma do período noturno, percebemos que a maioria dos alunos estão totalmente desinteressados, frequentando as aulas apenas com o objetivo de adquirir o certificado. Isso é reflexo de uma educação defasada desde as séries iniciais, tendo como resultado alunos que veem a língua portuguesa e os estudos de modo geral, de forma banalizada, permanecendo presentes dentro de uma sala de aula apenas para cumprir com um dever imposto socialmente.

Podemos dizer também, que é decepcionante nos depararmos com uma realidade tão improdutiva. No entanto, o discurso que sempre esteve e permanece em vigor, tanto na fala dos políticos como da sociedade, é de que a juventude é o futuro do país, sendo que a educação nunca foi e não é prioridade de nenhum dos governantes que estiveram presentes em qualquer cargo público, seja ele qual for, em que o Secretário da Educação do Estado de Goiás, por exemplo, é um economista.

Apesar de alguns teóricos afirmarem que a utilização das novas tecnologias se faz necessária para chamar a atenção dos alunos e diversificar as aulas, notamos que a “empolgação” por parte do professor ao lecionar e a interação com os alunos durante a explicação do conteúdo é o suficiente para motivá-los. Em nosso estágio não foi utilizado nenhum material tecnológico para que os alunos tivessem algum interesse em nossas aulas, pelo contrário, contamos apenas com os materiais metodológicos mais antigos e tão conhecidos pelos professores: o quadro, o giz e o corpo, que regados de bom senso e carisma, se fazem suficientes para participação e compreensão dos alunos.

Entretanto, não podemos nos esquecer, que a nossa experiência em sala de aula foi muito pouca para garantirmos a eficácia a longo prazo desse ou de qualquer outro método de ensino e que, ao levarmos em consideração a falta de interesse por parte dos políticos em investir na educação brasileira, especialmente em nosso Estado, que está entre os estados que tem o piso salarial do professor mais baixo do país, as discussões tomam outro caminho e, neste caso, o profissional da educação muitas vezes não conta nem com as novas tecnologias e nem com a motivação em trabalhar.

Desta forma, acreditamos que enquanto a ideologia capitalista vigorar em nossa sociedade, mantendo a frente das secretarias de educação, pessoas que não possuem preparação e conhecimento do que é uma sala de aula, e muito menos bagagem teórica para assumir tal posição, causando assim, a mercantilização da educação, em que poucos têm

acesso ao ensino privado, que é considerado de boa qualidade e a maioria se submetendo a condições precárias de ensino ou até mesmo, não tendo acesso a ele, nosso país continuará este caos em que se encontra.

Quanto à proposta do projeto de estágio, diante dos resultados que foram apresentados acima, podemos afirmar que atingimos nossos objetivos, pois conseguimos a interação dos alunos, bem como seu aprendizado através da nova abordagem teórico-metodológica.

Em suma, podemos dizer que tivemos uma boa experiência e acreditamos que contribuimos para o aprendizado dos alunos e que poderemos contribuir também para as pesquisas feitas na área do ensino de sintaxe.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola, 2006.

PERINI, Mário A. Objetivos do estudo da gramática. In: _____. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2007, p. 27-33.

_____. Funções sintáticas. In: _____. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2007, p.67-79.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SOUZA, João Ernandes de. O conceito de sujeito. In: *Pré-textos*. Goiânia: UCG, 1986. p. 47-59.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Como tem sido o ensino de gramática nas escolas de ensino fundamental e médio. In:_____. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 101-106.